

Artigos Originais

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O PNAIC E O DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Original Articles

POLICY OF CONTINUING EDUCATION FOR TEACHERS: “PNAIC” AND THE CHALLENGE OF ALPHABETIZATION

Andréa de Paula Pires*

<http://lattes.cnpq.br/9206163155403944>
andreappires@hotmail.com

Marisa Schneckenberg**

<http://lattes.cnpq.br/5981450525733302>
marisas@irati.unicentro.br



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



RESUMO

O artigo apresenta uma análise frente à concepção e gestão do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), enquanto uma política pública educacional que anseia pela alfabetização de todas as crianças brasileiras das escolas públicas até os 08 anos de idade. Por esta via, o trabalho buscou por meio de pesquisa documental, apresentar e analisar o PNAIC num contexto de formação de professores em serviço, oferecida pelo Governo Federal como uma estratégia para a melhoria dos resultados educacionais. Este artigo buscou, ainda, refletir acerca da importância da formação continuada de professores, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, contando com a contribuição de teóricos como: ALARCÃO (1996), NÓVOA (2009) e CANDAU (1997). O presente estudo evidencia que a política pública de formação continuada de professores é o mecanismo que o Governo Federal está utilizando para que nas avaliações nacionais possam obter melhores resultados no que se refere à alfabetização dos alunos. O PNAIC, dentro dos princípios gerais de formação continuada, propõe a realização de um programa coerente com a perspectiva de formação docente crítica e reflexiva, visando aos princípios de respeito

* Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com especialização em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco (UCB). Docente da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - campus de União da Vitória.

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

aos profissionais da educação e à busca incessante pelo saber, que consequentemente, se conduza a uma educação de qualidade.

Palavras-chave: política pública educacional. formação continuada. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

ABSTRACT

This article presents an analysis to the conception and management of the Program PNAIC – “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” (National Pact for Literacy at Right Age), as an educational public policy, aspires the literacy of every brazilian children in public schools until 08 years old. Therefore, the study searched through a documental research to present and analyze PNAIC in a context of in-service teachers training, it has been offered by Federal Government as a strategy to improve educational results. This article has also sought to reflect on the importance of continuing education for teachers, using bibliographical research, considering theoretical's contributions as: ALARCÃO (1996), NÓVOA (2009), CANDAU (1997). This study demonstrates that continuing teacher education public policy is the mechanism that Federal Government is using in the national assessment to obtain better results in terms of students literacy. PNAIC within the general principles of continuing education proposes to carry out a coherent program with the perspective of critical and reflective teacher training, aiming principles of respect to the education professionals and an unceasing search for knowledge, that leads to a quality education.

Keywords: educational public policy. continuing education. National Pact for Literacy at Right Age (PNAIC).

INTRODUÇÃO

A educação quando compreendida como uma prática social que está fundamentada num conjunto de valores, códigos e sinais, permite estabelecer uma relação com as transformações que vêm acontecendo na sociedade e, em particular, na política da educação.

Essas transformações repercutem em mudanças no mundo do trabalho, evidenciando a educação como responsável pela disseminação de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento de atitudes e competências exigidas pelo mundo produtivo e social.

O trabalho do professor mostra-se um campo privilegiado para a compreensão das atuais mudanças, por se constituir, segundo FELDMANN (2009, p. 76) “em uma profissão de interações humanas que objetiva mudar ou

melhorar a situação humana das pessoas, qual seja, um trabalho interativo e reflexivo com pessoas, sobre as pessoas e para as pessoas”.

No âmbito da política educacional, essas mudanças exigem que os professores reconstruam suas práticas de trabalho, evidenciando a necessidade de buscar mecanismos para ligar a realidade do trabalho com a meta almejada.

Neste contexto econômico, político e social, algumas reformas na política da educação se fizeram necessárias. Assim, em 1990, ocorre a consolidação de reformas educacionais, que lança luz à qualidade da educação básica, sendo a gestão, currículo e a avaliação os pilares para o alcance dos objetivos desejados.

Dentre o conjunto de reformas, destaca-se no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9394/96 que, num dos seus artigos destaca a diversificação das atribuições aos professores e a necessidade de adequação às reformas curriculares, as quais resultam na intensificação e necessidade de políticas voltadas à formação continuada, sejam elas por iniciativa própria ou pela articulação da política dos entes federados.

As pesquisas sobre formação continuada de professores vêm crescendo nos últimos anos, pois há uma preocupação em conhecer melhor como se dá o processo de ensino-aprendizagem. Inicialmente, a preocupação centrava-se apenas na formação inicial de docentes, mas, considerando a importância e a necessidade dos processos de inovações e mudanças, a pesquisa sobre a formação continuada de professores em exercício se intensificou.

A formação continuada de professores aparece como uma das incumbências das esferas administrativas previstas pela LDB nº 9394/96, como também uma alternativa para a “[...] tese de que grande parte da ineficiência do ensino é devido à má formação de professores, conforme veiculado em estudos e documentos de organismos internacionais e de instituições e autores nacionais” (AGUIAR, 2001, p.199).

Diante disso, remete-se a um conjunto de propostas oficiais no que tange à melhoria da qualidade de ensino, entre elas o oferecimento de ações de formação continuada aos professores em serviço, compondo um grupo de estratégias e ações voltadas para o aperfeiçoamento do professor, tendo em vista a melhoria de sua prática pedagógica por meio da aquisição de conhecimentos e novas metodologias de trabalho.

Considerando a relevância da política educacional em nosso país, o presente artigo tem como objeto de estudo o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, um programa do Governo Federal executado pelo Ministério da Educação - MEC, que se configura como um compromisso assumido no ano de 2012 entre os governos federal, estadual e municipal no que tange à alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade ao final do 3º ano do ensino fundamental. O PNAIC é realizado pelo MEC em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício nos três primeiros anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino.

O documento que constitui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Professores da Educação Básica é a Portaria nº 1.129, de 27 de novembro de 2009. Segundo o Ministério da Educação, tem-se por,

[...] finalidade precípua contribuir com a qualidade do ensino e com a melhoria do aprendizado dos estudantes por meio de um amplo processo de articulação dos órgãos gestores, dos sistemas de ensino e das instituições de formação, sobretudo, as universidades públicas e comunitárias. (BRASIL, 2005, p.6)

Para Santos (2008), a criação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi uma tentativa de ultrapassar a falta de continuidade e as pequenas ações de formação continuada de professores, com o estímulo de institucionalizar a demanda de formação continuada no Brasil, vencendo assim uma formação fragmentada e incoerente. A autora trata, também, da construção de uma parceria entre universidades e secretarias de educação que, segundo ela, “é utilizada como uma possibilidade

emergente de colaboração, cooperação, partilha de compromissos e responsabilidades”. (SANTOS, 2008, p.144).

O PNAIC faz parte de uma política pública educacional, na qual o Governo Federal, Estados e Municípios dedicam seus esforços à melhoria e à qualidade da educação no país. Muitos são os discursos promissores acerca do programa, mas cabem aqui algumas indagações sobre que concepções de formação continuada e trabalho docente estão presentes nesta política educacional, como o programa pode contribuir para a melhoria do trabalho docente e, conseqüentemente, para melhores resultados nas avaliações educacionais.

Por meio do estudo do PNAIC, objetiva-se identificar quais concepções de formação continuada e tipo de gestão possui esta política educacional, a fim de verificar quais as características marcantes deste programa à luz do conceito de formação continuada bem como a dinâmica e estrutura de funcionamento do PNAIC junto às universidades e secretarias municipais de educação.

Para esta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, que objetivou o levantamento de dados, informações e estudo a respeito das temáticas em questão. A metodologia do trabalho contempla pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, textos e artigos científicos.

Este tipo de pesquisa oportunizou o estudo e aprofundamento dos temas deste trabalho sendo: política pública educacional, formação continuada e Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Para Marconi e Lakatos (2001, p.166), “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob o novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Este trabalho contou, também, com a pesquisa documental que, segundo Gil (2002), se assemelha à pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre as duas está na natureza das fontes. Esta pesquisa documental objetivou o estudo dos documentos e marcos regulatórios referentes ao PNAIC, como: Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto; Portaria nº

1.458 de 14 de dezembro de 2012, que define categorias para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa; Medida Provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados; Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece; Formação de Professores no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa 2012; Documento Orientador das Ações de Formação em 2014, entre outros.

CONCEPÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Observa-se que as políticas públicas voltadas para a formação de professores alfabetizadores têm sido destaque no cenário das políticas educacionais nos últimos anos. Isso deve-se à importância e urgência de ações e estratégias que visam a qualidade da educação no país.

Os dados obtidos em avaliações censitárias que apontam os rendimentos dos alunos das escolas brasileiras são o principal guia para a formulação e implantação das políticas educacionais. De tais avaliações destaca-se duas sobre a aquisição da língua oral e escrita de crianças e jovens realizada pelo Sistema Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e desenvolvidas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica e a Provinha Brasil.

Dentre as estratégias e ações desenvolvidas pelos órgãos gestores da educação no âmbito federal, estadual e municipal junto aos professores alfabetizadores, encontra-se a política educacional de formação continuada, cujas ações remetem à alfabetização e ao letramento, objeto de estudo prioritário nos cursos de formação continuada da atualidade.

Assim, o Ministério da Educação (MEC) cumprindo seu papel de indutor de políticas educacionais propôs, no ano de 2012, o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa– PNAIC nas áreas de Linguagem e Matemática, oferecendo suporte técnico e financeiro, sendo sua implementação por meio de

adesão, em regime de colaboração feita pelos estados, municípios e Distrito Federal.

Neste Programa, o Governo Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios assumiram compromisso de assegurar a alfabetização de todas as crianças brasileiras até os 08 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Após aderir ao PNAIC, os entes federados se comprometem a: alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e matemática; realizar avaliações anuais universais aplicadas pelo INEP aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental e quando se tratar de estados, dar apoio aos municípios que aderiram ao programa para que sua implantação se efetive.

Conforme o artigo 5º da Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, é relevante destacar três objetivos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:

I-garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; II - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e III - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores.

Para alcançar esses objetivos, o MEC disponibilizou um conjunto de programas, materiais e referenciais pedagógicos e curriculares que contribuem para a alfabetização e letramento, tendo a formação continuada de professores alfabetizadores como eixo norteador desta política.

As ações do PNAIC têm como alicerce quatro grandes eixos de atuação: a formação continuada presencial para os professores e orientadores de estudo; materiais didáticos, obras literárias e obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; avaliações sistemáticas e, no quarto eixo, a gestão, mobilização e controle social.

Conforme consta no Documento Orientador das Ações de Formação 2014 do PNAIC, o primeiro eixo da formação continuada de professores conta com conteúdos que auxiliam o debate frente aos direitos de aprendizagem dos alunos do ciclo de alfabetização; processos de avaliação e acompanhamento

da aprendizagem das crianças; planejamento e avaliação das situações didáticas e o conhecimento e uso de materiais disponibilizados pelo MEC, voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização.

É importante ressaltar que as ações de formação continuada de professores estão ancoradas na Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, a qual foi estabelecida pelo Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009.

A formação continuada do PNAIC como política pública nacional é compreendida como uma ferramenta essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se no dia a dia escolar, pautando-se no respeito, na valorização dos diferentes saberes e na experiência docente.

Conforme o documento Formação de Professores no PNAIC (2012), a formação continuada de professores tem como um dos princípios a prática da reflexividade, por considerar que a capacidade de reflexão deve ser exercitada para que se torne uma prática cotidiana no fazer docente e favoreça, assim, as tomadas de decisões em sala de aula, contribuindo para os avanços nos atos cognitivos dos discentes. Quanto ao ato reflexivo docente, o PNAIC evidencia que esta reflexão não deve pautar-se apenas numa simples previsão e observação de situações didáticas, mas fundamenta-se em conceitos construídos a partir de estudos científicos, que transcendem o empírico com o auxílio de teorias que referenciam as práticas observadas, valorizando o revezamento entre a prática/teoria/prática. Essa formação compreende curso presencial de 02 anos para os professores alfabetizadores, com uma carga horária de 120 horas por ano, com metodologias que contemplem estudos e práticas. A formação dos professores alfabetizadores é executada com base na prática do professor, de forma que a particularidade da ação pedagógica seja objeto de reflexão. O curso é estruturado dentro de uma abordagem teórico-reflexiva, organizado em 12 unidades de estudo (BRASIL, 2012b).

Essa formação é promovida por orientadores de estudos, professores pertencentes ao quadro das redes de ensino, devidamente selecionados com base nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, os quais passarão por curso de formação de orientadores com carga horária de 200

horas por ano, ministrado por Universidades Públicas que integram a Rede Nacional de Formação Continuada. As Universidades selecionam e preparam seu grupo de formadores que, por sua vez, terão a responsabilidade de formar os orientadores de estudo que conduzirão as atividades de formação junto aos professores alfabetizadores. É recomendado aos municípios que o orientador de estudo seja selecionado entre a equipe de tutores formados pelo Pró-Letramento no município. As Universidades que integram a Região Sul são: UEM – Universidade Estadual de Maringá; UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa e UFPR – Universidade Federal do Paraná (BRASIL, 2012b).

O Documento Orientador das Ações de Formação 2014 informa que em 2013 os professores cursistas participaram da formação de 120 horas com ênfase na linguagem, contemplando atividades de estudo, planejamento e socialização da prática. Em 2014, a formação tem ênfase na matemática, contemplando diferentes componentes curriculares. No ano de 2013, já participaram da Formação Continuada de professores alfabetizados do PNAIC: 53 coordenadores estaduais, 5.424 coordenadores municipais, 78 coordenadores no âmbito das IES – Instituição de Ensino Superior, 170 supervisores (IES), 645 formadores (IES), 15.950 orientadores de estudos e 317.462 professores alfabetizadores das redes estaduais e municipais de ensino. O processo de formação continuada é coordenado por 38 IES públicas, das quais 31 são federais e 7 estaduais (BRASIL, 2014).

O segundo eixo estruturante do PNAIC, qual seja, Materiais Didáticos e Pedagógicos, é formado por materiais específicos para alfabetização como: os livros didáticos que são entregues PNLD – Programa Nacional do Livro Didático e manuais do professor; as obras literárias que complementam os livros didáticos e acervos de dicionários de Língua Portuguesa, também entregues pelo PNLD; os jogos pedagógicos de apoio à alfabetização, obras de referência, pesquisa e literatura, entregues pelo PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola; obras de apoio pedagógico aos docentes e à alfabetização. Cada turma recebe um acervo, podendo criar uma biblioteca acessível às crianças e professores na própria sala de aula (BRASIL, 2014).

Ainda sobre o Documento Orientador das Ações de Formação 2014, pode-se destacar que as avaliações sistemáticas que compõem o terceiro eixo estrutural do PNAIC reúnem três grandes componentes: as avaliações processuais debatidas durante o curso de formação, as quais o professor desenvolve e realiza junto aos seus alunos em sala de aula. O MEC disponibiliza um sistema informatizado ao qual o professor tem acesso e deverá inserir os resultados da Provinha Brasil de cada aluno, no início e no final do 2º ano. Esta ferramenta permite aos professores e diretores acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem de cada aluno da sua turma, fazendo ajustes necessários para a garantia da alfabetização no final do 3º ano do ensino fundamental. Ao final do 3º ano, o INEP coordenará uma avaliação com todos os alunos. O objetivo desta avaliação universal é avaliar o nível de alfabetização alcançado pelos alunos ao final do ciclo. No que refere ao terceiro eixo, serão esses os componentes que a rede utilizará para analisar o desempenho dos alunos e das turmas, a fim de que se adotem medidas e políticas para aperfeiçoar o que se fizer necessário. (BRASIL, 2014).

O PNAIC (BRASIL, 2014) traz, no quarto eixo que compõe a sua estrutura, a importância do sistema de monitoramento utilizado pelo MEC, o SISPACTO, que tem como objetivo apoiar e assegurar a execução das diferentes etapas do programa. O MEC ainda está dando ênfase ao fortalecimento de conselhos de educação, conselhos escolares e outros órgãos comprometidos com a qualidade da educação nos estados e municípios.

Quanto à gestão do PNAIC, a mesma se dá em quatro instâncias: um Comitê Gestor Nacional; uma Coordenação Institucional em cada Estado e no Distrito Federal, composta por diferentes entidades, com funções estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do PNAIC; uma Coordenação Estadual, que é responsável pela efetivação e monitoramento das ações em sua rede, apoiando a implementação nos municípios; conta ainda com uma Coordenação Municipal responsável pela efetivação e acompanhamento das ações na sua rede. São participantes do curso de formação continuada de professores alfabetizadores: coordenador geral da IES; coordenador adjunto da IES; supervisor da IES; formador da IES; coordenador das ações do Pacto nos

Estados, Distrito Federal e Municípios; orientador de estudos e professor alfabetizador. Os participantes acima mencionados recebem bolsa do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, amparados pela Portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013 (BRASIL 2014).

A gestão do PNAIC é compartilhada entre Governo Federal, Estados e Municípios, dando continuidade às ações da Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica e busca uma política educacional de formação construída “no” e a partir de um “nós”, articulando assim o trio macro, meso e micro (NÓVOA, 1992), instâncias governamentais, universidades, rede pública de ensino da educação básica, docentes e discentes, coletivamente.

Considera-se que o PNAIC é um programa integrado que possui diversas ações dentro de uma estrutura em rede, as quais os gestores federais desta política consideram eficazes para a conquista de objetivos unificados, ou seja, a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas públicas.

Pode-se considerar que esta estrutura em rede atribui papel central ao Estado, mas numa direção de Estado-Rede, um componente ativador e direcionador de capacidades dos agentes envolvidos nas ações em direção ao desenvolvimento. Trata-se do Estado que fomenta ações conjuntas e promove estratégias que se manifestam na comunicação e na participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Segundo Castells (1999), o Estado-Rede se define pela partilha da autoridade no âmbito de uma rede de instituições, rede esta que possui os “nós” de variadas dimensões e relações que são geralmente assimétricas, sendo que todos os “nós” são necessários para a existência da rede.

O programa analisado possui, além do compromisso frente à garantia da alfabetização, compromisso com a formação continuada e a atuação docente na concepção crítica- reflexiva, as quais estão sendo consideradas pelo Governo Federal como a estratégia principal no alcance da qualidade do ensino.

O governo, por meio do PNAIC, busca oferecer ações de apoio aos professores alfabetizadores, entendendo que o sucesso na alfabetização de

crianças requer uma boa formação dos docentes e boas condições para que os mesmos desenvolvam seu trabalho com mais eficiência e segurança.

Por meio de documentos e discursos provenientes dos gestores do âmbito federal desta política educacional, observa-se que a formação continuada oferecida pelo PNAIC busca respeitar, valorizar e oferecer todas as condições de trabalho aos professores alfabetizadores, como destaca o Secretário Nacional da Educação Básica do MEC, Cesar Calligari, na 1ª webconferência do PNAIC no ano de 2012, quando afirma que os países que deram exemplo na área da educação foram aqueles que valorizaram os seus professores. Assim, o Governo Federal busca oferecer este apoio para que todos os professores tenham condições para realizar um bom trabalho e alfabetizar os alunos até os 08 anos de idade.

Percebe-se que a concretização das ações indicadas no conjunto de metas do PNAIC terá que ter, necessariamente, o comprometimento e a atuação dos professores. Isto é, o que mais uma vez, está em pauta é o protagonismo docente como condição de viabilização de políticas públicas governamentais, deixando assim uma arena aberta para embates entre pessoas com diferentes visões e diferentes interesses.

Pode-se considerar que o PNAIC se constitui como política pública educacional de valorização e profissionalização de docentes, repercutindo como condição para uma educação emancipatória, que busca garantir a alfabetização dos alunos e a valorização docente, ou seja, conforme destaca Freitas (2007, p.43):

[...] como política pública de Estado, à formação inicial, à formação continuada e às condições de trabalho, remuneração e carreira dos profissionais da educação, ou seja, o estabelecimento de uma política de formação dos educadores que defina as licenciaturas nas Universidades como o lócus de formação dos profissionais da educação básica, possibilidades para a formação continuada como condição para o aprimoramento pessoal e superação profissional dos educadores e a garantia da qualidade de vida e trabalho, pela definição do piso salarial nacional, da carreira, da progressão e do aprimoramento do exercício profissional no espaço de trabalho.

Frente aos programas implantados pelo governo nas instituições escolares, observa-se que o professor assume diversas funções, pois o mesmo passa a exercer atribuição principal no que se refere ao cumprimento das metas previstas por esses programas. Tal processo, no entanto, pode ser visto como um meio de transferência de responsabilidades do nível macro para o nível micro. Esse processo também pode ter outro olhar, enxergando o professor como sujeito do conhecimento que, por meio da prática cotidiana e do contato direto com o contexto escolar, poderá ser um agente transformador da realidade educacional.

O PNAIC, como política pública educacional, lança grandes desafios a gestores, escolas, docentes e discentes, os quais são vistos como estímulos para o avanço da educação frente à realidade brasileira, o que impescinde da mudança de paradigmas, da formação de uma nova cultura, da busca de novos caminhos para a alfabetização e uma nova visão frente à formação continuada, formação esta considerada pelo MEC como valorização do profissional docente.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DO PNAIC: ATUAÇÃO DOCENTE REFLEXIVA

A formação continuada de professores em exercício é uma realidade do cenário educacional no Brasil, que precisa ser estudada não apenas como uma exigência no tocante aos avanços da ciência dos últimos anos mas como meio de legitimar a formação humana, entendida como um espaço de permanente formação reflexiva do professor diante das múltiplas exigências educacionais.

Por meio da formação continuada dos profissionais da educação almeja-se mudanças significativas na prática pedagógica dos professores, já que têm a oportunidade de discutir não somente os problemas de sala de aula, mas também ressignificar suas concepções acerca da educação como um todo, quando refletem sobre sua prática.

Nóvoa (1995) contempla a formação continuada como uma articulação de fatores inter-relacionados, como as necessidades dos docentes, os interesses da escola em que os mesmos lecionam e os objetivos das instituições formadoras. Assim, o desenvolvimento pessoal e profissional do professor estaria entrelaçado aos anseios da escola e às indagações educacionais das quais decorrem suas ações.

Desta maneira, a formação continuada,

[...] implica a mudança dos professores e das escolas, o que não é possível sem um investimento positivo das experiências inovadoras que já estão no terreno. Caso contrário, desencadeiam-se fenômenos de resistência pessoal e institucional, e provoca-se a passividade de muitos atores educativos. É preciso conjugar a 'lógica da procura' (definida pelos professores e pelas escolas) com a 'lógica da oferta' (definida pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projetos profissionais e organizacionais (NÓVOA, 1995, p. 30-31).

Portanto, a sustentação de uma concepção de formação continuada crítica-reflexiva que busca o progresso profissional do docente traz em seu âmago uma rede de relações, o trabalho conjunto da escola, alunos, professores e seus pares e sociedade, excedendo o trabalho pedagógico. Nesse sentido, evidencia-se a importância de uma formação que ofereça meios para que o docente compreenda que a solução dos problemas e dificuldades encontradas no cotidiano está além de uma atualização teórica e didática, pois demanda a criação de espaços propulsores de mudanças, fortalecendo assim, o conceito de formação continuada.

Imbernón (2010, p.94) nos dá um suporte para a compreensão de formação continuada quando diz: "a prática educacional muda apenas quando os professores querem modificá-la, e não quando o formador diz ou anuncia". Portanto, fica evidente que as metodologias das formações continuadas que são focadas apenas nas atualizações teóricas devem ser rompidas, contemplando assim a ideia de inovação por meio da busca pela reflexão para o aprendizado do professor.

O PNAIC traz como causa primária da formação continuada a prática da reflexividade, ou seja, a reflexão docente que, conforme Alarcão (1996, p.175), é “uma forma especializada de pensar, pois implica perscrutação activa, voluntária, persistente e rigorosa daquilo em que se julga acreditar ou daquilo que habitualmente se pratica”. É o ato de ser reflexivo que habilita o pensamento a ser um “atribuidor de sentidos”.

Compreende-se que o processo de formação de professores passa, necessariamente, pela reflexão do seu saber, seu saber fazer, como também passa pela reflexão acerca de sua aprendizagem e sua utilização. Nesse processo é importante que as teorias, as práticas e as experiências apreendidas sejam contempladas como objeto de discussão e estudo, numa prática em que o aluno seja o sujeito do processo de aprendizagem.

Entende-se que a partir do momento que os professores reflitam sistematicamente sobre sua própria prática, tendo a consciência que a reflexão é um instrumento de desenvolvimento do pensamento e da ação, com certeza, encontrarão na extensão da própria prática, os elementos para repensá-la e dar-lhe uma nova dimensão.

Dentro deste contexto, a formação continuada do PNAIC busca constituir-se num espaço capaz de mobilizar os saberes dos docentes, desenvolvendo habilidades necessárias para uma investigação da sua própria prática e, conseqüentemente, o professor se torna o mediador do conhecimento do aluno, oportunizando aos educandos a autonomia na construção do próprio conhecimento, como forma de compreender a realidade social onde vivem, tendo como base, segundo Imbernón (2010, p.94), a “dialética entre o aprender e o desaprender”.

Diante deste panorama, entende-se que é atividade complexa definir o “bom professor”, pois como destaca Nóvoa (2009), durante muito tempo buscaram-se atribuir conceitos e competências que definiriam um “bom professor”, porém tais conceitos encontram-se saturados, pois nunca se desprende das origens comportamentalistas, técnicas e instrumentais.

Assim, o mesmo autor sugere um novo conceito que visa romper este debate saturado frente às competências do professor. Trata-se de um conceito

que tem a pretensão de olhar para a ligação entre as dimensões pessoais e profissionais na formação da identidade docente, o qual advoga cinco disposições que são indispensáveis à definição dos professores nos dias atuais, e podem ser de grande auxílio na elaboração de propostas para formação continuada de professores, sendo grande inspiradora na renovação de programas e das práticas de ensino.

As disposições advogadas por Nóvoa (2009) têm um forte posicionamento voltado ao sentido cultural, uma vez que a profissão docente não pode ser construída fora da personalidade do professor, atribuindo assim, dimensões consideradas pelo autor essenciais para a definição dos professores na sociedade contemporânea, sendo: O conhecimento: o trabalho do professor fundamenta-se na construção de práticas pedagógicas que levem o educando à aprendizagem; A cultura profissional: É no âmbito escolar e no diálogo com outros professores que se aprende e avança na profissão; O tato pedagógico: saber conduzir o indivíduo ao outro lado, ao conhecimento. Ter a serenidade de quem é capaz de conquistar o aluno para o trabalho escolar; O trabalho em equipe: trabalhar coletivamente e colaborativamente, intervindo conjuntamente nos projetos educativos da escola; O compromisso social: levar o educando a ultrapassar as fronteiras muitas vezes impostas pela família ou pela sociedade, no que se refere aos princípios, valores, inclusão e diversidade (NÓVOA, 2009).

Assim, pode-se considerar que a partir do momento que o professor busca formação continuada e novos saberes para sua profissão, aqui numa perspectiva da formação continuada do PNAIC, o mesmo torna-se um profissional inserido num contexto que lhe possibilita, conforme o autor acima citado, o desenvolvimento das dimensões tão importantes e necessárias para o profissional docente. Considerando que este processo faz parte da construção profissional docente, oportuniza ao mesmo relacionar a teoria com seu conhecimento prático construído no cotidiano escolar, levando-o à reflexão da prática educativa.

Ressalta-se, neste trabalho, que a formação continuada não desconsidera a precisão de uma boa formação inicial, mas, para os

professores em serviço, ela se torna de grande relevância, uma vez que a evolução dos conhecimentos, dos meios tecnológicos e as novas demandas do meio social, político e econômico obrigam o docente ao aperfeiçoamento do seu saber, que encontra na formação continuada o espaço para o desenvolvimento de suas necessidades.

Nesta perspectiva, Candau (1997) apresenta três aspectos importantes quanto à metodologia de formação continuada oferecida aos docentes. Como primeiro aspecto, considera que a formação precisa partir das necessidades reais do cotidiano escolar do docente, posteriormente, valorizar o saber curricular que o docente traz consigo e, por fim, a valorização e o resgate do saber docente produzido na sua práxis pedagógica.

Nesse sentido, Imbernón (2010, p.99) contribui destacando que:

A tarefa docente sempre foi complexa, mas nas últimas décadas tal complexidade aumentou muito. A formação deve deixar de trabalhar a partir de uma perspectiva linear, uniforme e simplista, para introduzir-se na análise educativa a partir de um pensamento complexo, a fim de revelar as coisas ocultas que nos afetam e, assim, tomar decisões adequadas.

A formação continuada oferecida pelo PNAIC tem o intento de oferecer aos professores uma formação que contemple os aspectos acima destacados pelo autor, pois conforme consta no Documento Formação de Professores no PNAIC (2012, p. 20):

Sabemos que um processo formativo não ocorre de forma linear e simples. Ele se dá também no sentido inverso, com conflitos, desequilíbrios e mudanças de concepções. Nesse sentido, pensar em formação de professores é desenvolver ações e emoções que possam promover o desejo, o entusiasmo, a solidariedade e o conhecimento. É tatear em um terreno do fazer/saber docente – que queremos mudar e melhorar, sempre e mais.

Na formação reflexiva, o professor força-se pela introdução e desenvolvimento de constantes caminhos de comunicação entre sua própria identidade como educador, seus objetivos, seus limites, o contexto escolar que

faz parte, a realidade de sua sala de aula e a sua práxis pedagógica, mas fazendo de sua prática um processo dinâmico que considere a complexidade do processo ensino-aprendizagem.

Quando o professor possui uma formação reflexiva, o mesmo tem a consciência frente ao respeito pelo educando, pelo conhecimento que ele traz e pela aquisição de novos conhecimentos, os quais vão sendo construídos no decorrer da vida educativa do aluno.

Acredita-se que a formação continuada permite ao professor o desenvolvimento da sua compreensão como um dos agentes do processo educativo, processo este que não só está atrelado aos problemas sociais, políticos e econômicos do cotidiano, mas à compreensão de como estes problemas podem ser trabalhados no dia-a-dia de sua realidade educacional.

A prática reflexiva docente é um dos princípios gerais da formação continuada que o programa espera contemplar no decorrer do processo formativo do professor pois, conforme evidencia o Documento Formação de Professores no PNAIC (2012), a prática da reflexividade é uma capacidade que cabe ser exercitada no cotidiano do professor, por auxiliar nas decisões que o mesmo toma no decorrer de suas aulas, ajudando, ainda, no processo cognitivo dos discentes, a qual deve ser construída e fundamentada a partir dos estudos científicos, a fim de possibilitar a alternância entre a prática/teoria/prática.

Nesse sentido, Lima (2009, p. 75) destaca que a formação continuada,

[...]deve estar aliada à solidez teórica e prática, ao mesmo tempo em que permite a auto-inquirição permanente de como está se processando esta formação. Logo esta necessidade deverá ser muito discutida, muito mais vivida pelos professores e pelos cursos de formação de professores, se estes realmente se comprometerem com a qualidade da educação e a educação de qualidade para o presente e o porvir.

Assim, o professor quando da reflexão da sua prática deve questionar-se sobre sua formação, sua contribuição para o desenvolvimento de discussões e encaminhamentos de soluções, sua relação com os demais

profissionais da escola, seu posicionamento frente aos problemas sociais, entre outros questionamentos. Lima (2009, p. 77) destaca ainda que,

A reflexão da prática pedagógica é um exercício de aprendizagem, de encontros e reencontros, de revisão, de repensar a prática de maneira criativa, inovadora e transformadora; enfim, é um momento de reexame de tomada de decisão, tornando o fazer pedagógico enriquecedor, significativo, no qual o aluno, professor e outros atores possam crescer como sujeitos em formação.

Os documentos analisados sobre apolítica de formação continuada do programa propõem situações formativas que desafiem os professores a pensar suas práticas e mudar suas ações, como também levá-los a buscar alternativas, realizar projetos que objetivem as práticas sociais e colaborativas, favorecendo assim, mudanças no panorama educacional e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor constrói sua prática docente na inserção diária com a teoria e a busca da reflexão em confronto com a realidade de seus educandos, isso faz com que este profissional viva um processo profundamente pedagógico, no qual a condição de mediador do conhecimento fará diferença na vida educacional discente.

A formação continuada como política pública educacional dentro desse contexto exerce papel fundamental, pois, é um processo que envolve aprendizado, planejamento e reflexão e exige dos gestores objetivos bem definidos quanto aos valores, propósitos e conceitos associados ao que está sendo oferecidos aos docentes.

Com base nesta breve análise do PNAIC feita por meio de documentos e normas que amparam o programa, pode-se afirmar que esta é uma ação do Governo Federal que busca, num programa de formação continuada de docentes, a melhoria dos resultados educacionais nas avaliações nacionais.

Observa-se uma opinião positiva e otimista frente ao PNAIC, mas faz-se necessário lembrar que a agregação das ideias, das práticas e teorias pode

acontecer de forma diferente entre os professores participantes, visto que a ação destes profissionais sofre grande influência do contexto da instituição em que trabalham, ou seja: da infra-estrutura disponível, das condições de trabalho, das características da escola, dos alunos, demais funcionários e comunidade entre outras influências que interferem nesse processo.

O PNAIC oferece aos professores alfabetizadores uma bolsa no estudo que, conforme destaca o Secretário Nacional da Educação Básica do MEC, Cesar Calligari, na 1ª webconferência do PNAIC no ano de 2012, oferece o mínimo de suporte, já que este professor alfabetizador irá realizar a sua atividade de formação fora do horário de aulas, ou seja, em dias e horários contrários a sua atuação profissional.

Vê-se que há um grande movimento nas políticas públicas educacionais com vistas à valorização docente. Considerando que esta valorização é muito almejada pela categoria e que não deve estar somente nos discursos, mas sempre acompanhada de maiores investimentos na área, pois quanto mais integrados estiverem os investimentos referentes à formação, maiores serão as perspectivas de avanço neste campo já que é indispensável para o sucesso de qualquer política educacional contar com um quadro de profissionais motivados e comprometidos.

Segundo o documento “Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação” (2014), pesquisas mostram que docentes com uma boa formação, com boas condições de trabalho e quando se sentem valorizados oportunizam espaços para uma aprendizagem mais significativa dos alunos.

Destaca-se que esta reflexão considera a subjetividade do professor, isto é, que seu saber profissional está intimamente ligado aos saberes vindos da sua história de vida, da sociedade, da escola, dos espaços de formação entre outros contextos educativos.

A análise realizada até aqui revela que o programa vem ao encontro das necessidades emergentes no campo educacional, constituindo-se em uma intervenção importante e necessária do Governo Federal, enquanto indutor de políticas públicas. Mas uma avaliação mais ampla, ou seja, sobre o impacto

desta política pública no cenário educacional requer questionamentos que busquem investigar as contribuições do programa para atender ao objetivo que impulsionou o Governo Federal na sua formulação, ou seja, melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental. Evidencia-se a necessidade de realização de pesquisas que tragam o PNAIC na voz dos professores e gestores, as contribuições e dificuldades do programa, a atuação docente e as relações de ensino na sala de aula entre outros aspectos não explorados neste trabalho, mas que se faz necessário evidenciar, podendo assim, algumas destas questões serem objetos de estudo em trabalho posterior.

Portanto, no âmbito desta pesquisa, pôde-se realizar uma análise frente às concepções e à gestão desta política pública nacional de formação continuada de professores, a qual se constitui numa intervenção necessária para que os docentes encontrem caminhos para enfrentar os desafios do ato de alfabetizar e, conseqüentemente, conquistar melhores resultados nas avaliações nacionais da educação.

Acredita-se que a formação continuada seja o caminho para uma educação de qualidade, mas é importante destacar que, quando se menciona a melhoria da qualidade da educação, esta depende de inúmeros aspectos que vão muito além da formação continuada de professores, pois a maioria das políticas públicas educacionais buscam melhorar a qualidade da educação com medidas centradas apenas na escola quando, na realidade, a escola não pode cumprir a função da sociedade, já que se faz necessária uma parceria em prol de um ensino de qualidade frente ao contexto atual.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Formação Reflexiva de Professores**: estratégias de supervisão. Portugal: Porto editora, 1996.

AGUIAR, Marcia Ângela da S. **Gestão da Educação e a Formação do Profissional da Educação**. In: FERREIRA, N.S.C; AGUIAR, M.A.S; *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 3 ed. SP: Cortez, 2001.

BALL, S.J. **Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional.** *Currículo Sem Fronteiras*, [S.l.], v.6, n.2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Orientações Gerais para Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica.** Brasília, 2005.

_____. **Guia Geral do Pró-Letramento.** Brasília. 2007.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 6.755 de 29 de novembro de 2009. **Institui a Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.** Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.129 de 27 de novembro de 2009. **Institui Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica.** Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece.** Brasília, DF, 2012b.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** Disponível em: www.pacto.gov.br . Acesso em 23/05/2014.

_____. Ministério da Educação. Medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012. **Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, dá outras providências.** Disponível em: www.pacto.gov.br . Acesso em: 23/05/2014.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012. **Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 23/05/2014.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013. **Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: www.pacto.gov.br . Acesso em: 23/05/2014.

_____. Ministério da Educação. **Documento Orientador das Ações de Formação em 2014**. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 28/08/2014.

_____. Ministério da Educação. **1ª Webconferência do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: 18/09/2012** Disponível em: http://centraldemidia.mec.gov.br/index.php?option=com_hwdmediashare&view=mediaitem&id=1784:videoconferencia-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa-bloco-01-25-09-2012&filter_mediaType=4&Itemid=444. Acesso em 08/08/2014.

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: MIZUKAMI, M.G.N. (Org). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCAR, 1996. p. 139-152.

CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.51-68.

CASTELLS, Manuel. **Estado-rede: A possibilidade do Estado na sociedade informacional**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

FELDMANN, M. G. **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: SENAC, 2009.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. As novas políticas de formação dos educadores. In: **Formação do educador, Educação, demandas sócias e utopias**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de professores**. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIMA, Paulo Gomes. **Formação de Professores: Por uma resignificação do trabalho pedagógico**. Cadernos Acadêmicos – UFGD – Dourados – MS – UFGD – 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa. 2009. pg. 25-46.

_____. **As organizações escolares em análise**. Lisboa. Publicações D. Quixote, 1992.

SANTOS, S. R. M. dos. **A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores**, o Pró-Letramento e os modos de “formar” os professores. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.3, n.2, p. 143-148, jul./dez.2008.

Artigo recebido em: 04/11/2014

Aprovado em: 12/10/2015